

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO- PUC-SP
HISTÓRIA, SOCIEDADE E CULTURA

CACHAÇA : DA SENZALA À CASA-GRANDE
“A INFLUÊNCIA DA BEBIDA NA VIDA COTIDIANA DO
BRASILEIRO”

FERNANDO ALVES DE MORAES

SÃO PAULO

2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP
FERNANDO ALVES DE MORAES

CACHAÇA: DA SENZALA À CASA-GRANDE.
“A INFLUÊNCIA DA BEBIDA NA VIDA COTIDIANA DO
BRASILEIRO.”

Artigo Acadêmico para composição da nota do TCC
para Pós-Graduação do curso de História, Sociedade e
Cultura da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
PUC-SP e tendo como orientadora Profª Dra. Lilian Marta
Grisolio Mendes.

SÃO PAULO

2011

RESUMO

O presente artigo procura investigar a inserção da cachaça (aguardente de cana) na vida cotidiana dos brasileiros e a influência da bebida, como agente ideológico, cultural, político, econômico e social na história do Brasil. Neste caso o debate sobre a cachaça se dá primeiramente no ano de 1942 com a política da boa vizinhança, criado pelo governo dos EUA, logo analisaremos, a revolta da cachaça, onde descobri um grande vácuo nos estudos deste importante acontecimento no Brasil colonial, seus desdobramentos, suas causas e consequências econômicas. Tendo como objeto de estudo sempre a “cachaça” destacamos a importância normativa e legislativa da bebida em nossa lei, por fim, procuramos mostrar a aguardente retratada nas obras do artista da missão francesa Jean Baptiste Debret, apontando a situação econômica e social na primeira metade do século XIX com a vinda da corte portuguesa para o Brasil.

PALAVRAS-CHAVES

-Cachaça - Brasil colonial - Cultura Americana - Revolta da cachaça- Debret.

ABSTRACT

This article seeks to investigate the insertion of cachaça (sugar cane liquor) in people's daily lives and the influence of drink, with agent ideological, cultural, political, economic and social history in Brazil. In this case the debate on the rum is the first in 1942 with the policy of good neighborliness, created by the U.S. government, then analyze the revolt of rum, where I discovered a huge gap in studies of this important event in colonial Brazil, and their developments, its causes and economic consequences. Having as its object of study where the "cachaça" highlight the importance of normative and legislative drink in our law, finally, try to show the spirit portrayed in works of artists of the French mission of Jean Baptiste Debret, pointing to the economic situation, and social in the first half of the nineteenth century with the arrival of the Portuguese court to Brazil.

KEYWORDS

-Cachaça - Colonial Brazil - American Culture - Uprising of rum – Debret.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A relação entre a cachaça e a cultura está presente nas mais ricas manifestações folclóricas e artísticas do Brasil. Destilada do puro caldo-de-cana que lhe dá sabor e aroma único, a cachaça inspira uma imensa capacidade de combinação da bebida com os sentimentos mais diversos, que vai do sagrado ao profano da tristeza a euforia, às melhores sínteses da cultura brasileira.

Pode-se afirmar que cada povo, ao longo de sua história, escolheu a sua bebida nacional a partir das matérias primas que dispunham para produzi-las. No Brasil colonial o povo criou sua bebida junto às imensas plantações de cana-de-açúcar.

A elaboração deste artigo deve-se à importância da identidade cultural desta bebida para o povo brasileiro. Devido à escassez de trabalhos científicos na área o objetivo específico deste trabalho é analisar a inserção e a importância da bebida em vários momentos na vida cotidiana e na história do povo brasileiro, seja, no âmbito cultural, econômico, político e social em vários períodos desta rica história do Brasil.

A INFLUÊNCIA DA CACHAÇA NA VIDA COTIDIANA DO BRASILEIRO

Em 1942, a cachaça foi usada como símbolo ideológico de estreitamento Político e para ampliar o poder dos EUA na América Latina. O empresário no setor de entretenimentos Walt Disney foi escolhido para esta tarefa, indicado pelo então presidente Estadunidense Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) e Nelson Rockefeller, diretor da influente secretaria para assuntos Interamericanos (OCIAA-Office of the Coordinator of Inter-American Affairs), que comungava uma aproximação com interesses de favorecimentos políticos dos EUA para com os países da América Latina, principalmente Argentina, Brasil e México; e com o apoio do governo brasileiro uma vez que:

“Disney era admirado por importantes figuras do governo brasileiro, como a primeira-dama Darcy Vargas. Sua fã incondicional, ela chegou a fazer declarações públicas favoráveis a fantasia. Nessa mesma linha, Oswaldo Aranha, o velho amigo dos Estados Unidos, demonstrou apreço especial pelo novo desenho animado e declarou aos jornalistas que assistir a ele não era

simplesmente um prazer, mas uma obrigação.” (Revista História Viva, edição 30, Abril de 2006).

Esta política determinava o princípio do Pan-americanismo, na perspectiva de uma América como a terra da liberdade, com a idéia de uma comunidade americana de nações, provocando a criação de uma “solidariedade” continental. “Esses anos de 1933 a 1945 representaram para America Latina, em todas as esferas das relações continentais, sua inserção passiva na ‘política da boa vizinhança’.” (MACHADO, 2004, P.1) Esta política dos EUA consistia em influenciar política, econômica, mas, principalmente culturalmente os países latino-americanos, exportando o modo de vida estadunidense, exemplificado muito bem pela Mauad:

“Foi neste contexto que os brasileiros aprenderam a substituir os sucos de frutas tropicais onipresentes à mesa por uma bebida de gosto estranho e artificial chamada Coca-Cola. Começaram também a trocar sorvetes feitos em pequenas sorveterias por um sucedâneo industrial chamado Kibon, produzido por uma companhia que se deslocara às pressas da Ásia, por efeito da guerra. Aprenderam a mascar uma goma elástica chamada chiclets e incorporaram novas palavras que foram integradas à sua língua escrita. Passaram a ouvir Fox-trot, o jazz, e o boogie-woogie, entre outros ritmos, e assistiam agora a muito mais filmes produzidos em Hollywood. Passaram a voar nas asas da PanAmerican, deixando para trás os “aeroplanos” da Lati e da Condor.”(MAUAD, p.49).

Disney usou o argumento da “política da boa vizinhança” e fez um filme chamado “Alô Amigos” e um personagem conhecido, o “Zé Carioca” que contracenava com o pato Donald, símbolo da cultura americana. Uma das principais cenas, mostra o anfitrião Zé Carioca com um jeito de malandro, oferecendo um trago da cachaça a seu amigo Pato Donald em um botequim na cidade do Rio de Janeiro como mostra a figura 01.

Percebemos que a cachaça foi utilizada por Disney nesta fantasia por ser um produto brasileiro e está ao alcance de todas as pessoas e usou-a como modelo na estrutura cultural na obra, fazendo um apelo para o consumo e às aspirações necessárias que se desenvolvem realmente neste encontro entre duas culturas através dos personagens.



(Fig. 01) Fotografia do Filme “Alô Amigos” (1942). Fonte : www.imdb.com

Consolidado este status histórico cultural e econômico da bebida, em 1660 eclodiu uma revolta, chamada Revolta da cachaça, também denominada revolta do Barbalho ou Bernalha.

No século XVII, no Rio de Janeiro a cana de açúcar era um produto duplamente rentável: o açúcar e a cachaça. O Brasil era colônia, e a metrópole não admitia que a aguardente fosse vendida, pois Portugal produzia seus próprios vinhos e sua própria aguardente (também chamada de bagaceira, aguardente feita do bagaço da uva). Portanto, não havia interesse da Coroa na produção da cachaça, que por sua vez, concorria com seu vinho e sua aguardente na África e no Brasil.

Mas a cachaça tinha a vantagem sobre o vinho, devido à lucratividade e a utilização comercial da bebida, no que se refere à garantia de uma conservação mais prolongada e a grande quantidade conquistada nas trocas comerciais, que deram à bebida a vitória no que tange à briga com vinho lusitano

Comercializada por pombeiros, casas comerciais e contrabandistas a aguardente foi a grande responsável pela queda vertiginosa do prestígio que os comerciantes portugueses tinham adquirido durante anos de atividades na capitania do Rio de Janeiro. Além disso, podemos citar que, eram produzidos em larguíssima escala, por serem oriundos da produção extensiva e como toda base extensiva, utilizava-se mão de obra escrava, o que, conseqüentemente, dispensava a necessidade de pagamento de salários e possibilitava, pelo baixo custo produtivo, a reversão deste gênero ao mercado com preços mais acessíveis.

No ano de 1647 uma medida vinda da metrópole através de uma carta régia, visando proteger o monopólio português na comercialização do vinho e aguardente português, foi regulamentada em 1649 a fim de proibir o comércio da cachaça como cita Caetano:

“(...) em 13 de setembro de 1649, transformou-se em uma concessão feita à companhia Geral do comércio do Brasil (...) a ordem era claríssima toda produção de aguardente estava provisoriamente suspensa. Sendo apenas autorizada a utilização da bebida pelos negros que trabalhavam nos engenhos açucareiros, isso para o consumo e não para a comercialização (...)”. (CAETANO, 2003. P.105.)

O comércio de açúcar havia modificado o Rio de Janeiro em um dos maiores pólos econômicos do Império Português. Na metade do século XVII, os holandeses foram expulsos de Pernambuco e partiram para as Antilhas. Com a concorrência do açúcar em relação ao da Bahia, de Pernambuco e das Antilhas, produzidos até então pelos holandeses, o açúcar fluminense, encalhava nos portos por sua qualidade inferior. No fim da década de 1650, a cachaça era um lucro rentável para os senhores de engenhos.

No ano de 1659, a coroa Portuguesa ordenou novamente a proibição do comércio da cachaça. Entretanto, o contrabando passou a ser concentrado para o continente africano, principalmente no país de Angola, onde a cachaça passou a ser a principal moeda de troca no mercado escravista.

No começo do ano de 1660, Salvador Correia de Sá e Benavides assumia o posto de Governador da província do Rio de Janeiro. Propôs a criação do primeiro imposto predial, para tentar resolver o atraso dos soldos de trezentos e cinquenta praças da infantaria. Por esta proposta.

O Imposto não agradou a população, e a Câmara considerando a proposta prejudicial ao interesse dos moradores da província, convoca outra reunião para rejeitar o parecer do governador. Como a aguardente de cana seguia dando lucros, os vereadores sugeriram que a venda dela fosse liberada, mas com uma condição, a taxa de impostos. O problema é que a decisão contrariava as leis de Portugal. Após o protesto da Companhia geral do comércio, a bebida continuou proibida.

A reação à proibição ao fabrico da aguardente no Rio de Janeiro e ao novo imposto foi de indignação e revolta entre colonos e os senhores de engenho, esses mais atingidos. Entretanto eles queriam o fim das taxas e o reembolso do que já havia sido pago. Os conspiradores foram obtendo simpatia de militares, nobres, religiosos, homens de negócios, e até o povo, para acabar com a situação. Com a chegada do segundo imposto, foi o estopim para a revolta.

Na madrugada de oito de novembro de 1660, revoltosos da freguesia de São Gonçalo de Amarante, atual Niterói, se indignaram contra o imposto. O fazendeiro Jerônimo Barbalho Bezerra, um dos principais produtores de cachaça da região, rapidamente se tornou líder do povo. Armados

cruzaram a baía da Guanabara e invadiram a Câmara do Rio de Janeiro. Com a finalidade de derrubar o Governador Salvador Correia de Sá e Benavides. Porém, esse se encontrava em São Paulo.

“É curioso mencionar que desta vez o administrador local não estava ao lado da população! Muito pelo contrário, o administrador régio contribuía ainda mais para o agravamento da situação que levaria para o conflito, já que adquiriu alguns privilégios e benefícios que seu cargo oferecia. A situação insustentável para os revoltosos os levou a cruzar a baía da Guanabara, tomar a Câmara e dar início a mais uma das revoltas seiscentistas, a revolta da cachaça.” (CAETANO, 2003, p.116.)

Os rebeldes estabeleceram um novo governo. A assembléia popular elegeu com 112 assinaturas de senhores de engenho, Agostinho Barbalho, irmão de Jerônimo, com novo Governador.

Decorrido o primeiro momento da revolta, o governador Salvador Correia de Sá e Benavides se organizava para voltar à cidade. Mobilizou os paulistanos e alguns índios, pediu reforços da Bahia, que chegou pelo litoral fluminense. Após longos preparativos e em seis de abril de 1661, retomou a capital da província sem muitas resistências dos rebeldes. Com posse de seus direitos de volta, o Governador convocou uma assembléia e um tribunal. E condenou todos os revoltosos, que foram para a prisão, menos Jerônimo Barbalho Bezerra que foi enforcado e teve a cabeça pendurado no pelourinho da cidade, como exemplo à população fluminense.

“No anoitecer do dia 06 de Abril, em 1661, Jerônimo Barbalho Bezerra foi decapitado no largo da Polé, hoje praça XV, perante a população. Sua cabeça escreveu dia depois o governador Salvador Correia de Sá e Benavides, foi posta no pelourinho para se conseguir a quietação do povo. Terminou assim o período de cinco meses em que os cariocas governaram-se a si mesmos, no primeiro exercício de democracia da história do Brasil” (O Globo, 06/04/2011).

Cachaça, abençoada, água-benta, água- que- passarinho- não bebe, aguardente de cana, biritá, boa, branquinha, brava, caiana, garapa, goró, mé, moça branca, Paraty, pinga; assim é chamada, dentre dezenas de outros adjetivos, a bebida, cujo, sua história entrelaça com a história do Brasil desde o Brasil colonial segundo Câmara:

“Quando me pedem uma bibliografia da cachaça ou me perguntam: (O que devo ler para conhecer a história da cachaça?) – eu respondo: leia o Brasil, principalmente a história do povo brasileiro, que começa com a pré-história desse povo, a primeira guerra que esse povo fez a Confederação dos Tamoios, contra a invasão portuguesa. Para saber da cachaça há de se conhecer a trajetória do povo, da nação brasileira. Se alguém estudar nossa formação social, econômica, política, estará conhecendo os caminhos da cachaça: as narrativas dos viajantes estrangeiros que por aqui passaram e viveram, os documentos da nossa produção e comércio, a inteligência dos nossos historiadores, tudo está impregnado com o rústico perfume da

cachaça, com a tropical ardência da nossa gloriosa pinga.” (CÂMARA, Marcelo, 2004,p.19.).

A cachaça é a denominação típica e exclusiva da aguardente de cana produzida no Brasil e está bem explicado no Decreto nº 4062 de 21 de Dezembro de 2001 que define as expressões “Cachaça”, “Brasil” e “Cachaça do Brasil” como indicações geográficas e dá outras providências.

O Presidente da República Fernando Henrique Cardoso em 21 de Dezembro de 2001, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto do artigo 22 do acordo sobre os aspectos dos direitos de Propriedade intelectual relacionados ao comércio, aprovado com parte integrante do acordo de Marraqueche, pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de Dezembro de 1994, promulgada pelo Decreto nº 1.355, de 30 de Dezembro de 1994, e nos artigos 176 a 182 da Lei nº 9.279, de 14 de Maio de 1996, Decreta no Art.01º e no Art.03º que:

“Art. 01º - O nome “Cachaça” vocábulo de origem e uso exclusivamente brasileiros, constitui indicação geográfica para os efeitos, no comércio Internacional, art.22 do acordo sobre os aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao Comércio, aprovado, com parte integrante do acordo de Marraqueche, pelo Decreto legislativo nº30, de 15 de Dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de Dezembro de 1994”.

“Art.03º - As expressões protegidas “Cachaça”, “Brasil” e “Cachaça do Brasil” somente poderão ser usados para indicar o produto que atenda as regras gerais estabelecidas na lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, e no Decreto 2.314 de 04 de Setembro de 1997, e nas demais normas específicas aplicáveis. §01º O uso das expressões protegidas “Cachaça”, “Brasil” e “Cachaça do Brasil” restrito aos produtores estabelecidos no País. §02º O produtor de cachaça que, por qualquer meio, usar a expressão protegida por este decreto em desacordo com este artigo perde o direito de usá-la em seus produtos e em quaisquer meios de divulgação”. (Diário Oficial 04/09/1997).

Em 04 de junho de 2009, o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, regulamenta a lei 8.918, de 14 de Julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas. O Presidente no uso da atribuição que lhe confere o artigo 84 inciso IV da constituição e tendo em vista o disposto na lei nº 8.918, de 14 de Julho de 1994, nos artigos 52 e 53. Decreto nº 6871/09 Diz que:

“Art. 52. Aguardente de cana é a bebida com graduação alcoólica de trinta e oito a cinquenta e quatro por cento em volume, a vinte graus Celsius, obtida de destilado alcoólico simples de cana-de-açúcar podendo ser adicionada de açúcares até seis gramas por litro, expressos em sacarose”.

“Art. 53. Cachaça é a denominação típica e exclusiva da aguardente de cana produzida no Brasil, com graduação alcoólica de trinta e oito a quarenta e oito por cento em volume, a vinte graus Celsius, obtida pela destilação do mosto fermentado do caldo de cana-de-açúcar com características sensoriais peculiares, podendo ser adicionada de açúcares até seis gramas por litro. § 01º A cachaça que contiver açúcares em quantidade superior a seis gramas por litro e inferior a trinta gramas por litro será denominada cachaça adoçada. § 02º Será denominada cachaça envelhecida a bebida, no mínimo, cinquenta por cento de aguardente de cana envelhecida por período não inferior a um

ano, podendo ser adicionada de caramelo para a correção da cor.” (Diário Oficial 04/06/2009).

O Brasil produz atualmente cerca de 1,4 bilhões de litros de cachaça. É o destilado mais consumido no país, terceiro mais consumido no mundo e ocupa o segundo lugar entre as bebidas alcoólicas mais consumidas, perdendo somente para a cerveja. O Estado maior produtor de cachaça e aguardente é São Paulo, seguindo por Ceará, Pernambuco e Minas Gerais. O consumo médio mundial de bebidas destiladas é de 2,2 litros *per capita*, enquanto no Brasil a média de consumo é de sete litros *per capita* aproximadamente. O PIB do setor é de cerca de US\$ 500 milhões, estima-se que existam mais de quatro mil marcas de cachaça registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, sendo 1.824 estabelecimentos produtores, artesanal e industrial, de cachaça registrada no MAPA e mais de 30 mil produtores em todo país, gerando aproximadamente 400 mil empregos diretos e indiretos.

Bebida popular, vulgarizada, perseguida pelas elites, a cachaça é enredo, personagem, elemento de inúmeras manifestações do folclore brasileiro, tanto quanto patrimônio material e imaterial. Adquiriu aqui aspectos e alma da nova terra com o povo mestiço que se formava, se constituiu como raiz na cultura brasileira. No entanto para entendermos um pouco mais desta belíssima bebida e o seu percurso na história temos que apoiarmos sobre a mesma e nos remetermos para o início do século XIX. Foi neste período marcado pela chegada da corte Portuguesa, pela violência, sangue e pelo suor dos escravos africanos e bem retratado por um artista chamado Jean- Baptiste Debret mais conhecido como o pintor de história, que contextualizou um cenário do fim do século XVIII e início do século XIX.

O Brasil no início do século XIX a corte portuguesa desembarca no Brasil trazendo consigo uma nova cara para esse imenso país, segundo Caio Prado Jr.:

“O início do século XIX não se assinala para nós unicamente por estes acontecimentos relevantes que são a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil e os atos preparatórios da emancipação política do país. Ele marca uma etapa decisiva em nossa evolução e inicia em todos os terrenos, social, político e econômico, uma fase nova. Debaixo daqueles acontecimentos que se passam na superfície, elaboram-se processos complexos de que eles não foram senão o fermento propulsor, e, na maior parte dos casos, expressões externas.” (PRADO JUNIOR, 2004, p.09).

Enquanto a cultura Européia estava, aos poucos, embriagando a mente do nosso povo com maneiras de se vestir, nos costumes, na arte, na música, na dança, na culinária etc., principalmente aqueles que viviam nas grandes cidades no início do XIX, muitas outras atividades culturais estavam permeando a vida deste, uma vida simples ainda voltada para os costumes coloniais, principalmente nos grotões do Brasil, onde a agricultura, na sua maior parte, era a agricultura de “subsistência”, como cita Caio Prado Jr:

“(...) a agricultura que chamei de “subsistência”, por destinar-se ao consumo e à manutenção da própria colônia. E acrescentei que além daqueles fundamentos gerais da distinção, ocorre ainda a diversidade da organização de um e de outro setor da agricultura colonial. De fato, enquanto na grande lavoura, (...) encontramos a exploração em larga escala, disputa em grandes unidades produtoras (fazendas, engenhos) que empregam numerosa mão-de-obra e organização coletiva de trabalho, agricultura de subsistência, pelo contrário predominam outros tipos de estrutura agrária variáveis, (...)”. (PRADO JUNIOR, 2004, p.157).

Foi aí que a cachaça começou a ter uma importância econômica e cultural de grande expressão no Brasil, importância econômica porque, como se sabe, a produção da cachaça dependia da produção da cana-de-açúcar, por ser um subproduto, onde até aquele momento, a cana-de-açúcar era o principal produto das colônias rumo à metrópole em forma de açúcar. Segundo Caio Prado jr:

“Destacamos alguns ramos da produção agrícola em que mais se verifica tal superposição de caracteres. A aguardente em primeiro lugar. A situação deste gênero é toda especial: trata-se de um subproduto, e a maior parte de sua volumosa produção deve-se a esta circunstância. Não fosse o açúcar, e certamente ela se produzia muito. Doutro lado, a aguardente está na categoria particular dos gêneros de escambo utilizados no tráfico de escravos”. (PRADO JUNIOR, 2004, p.157, 158).

Cultural porque, foi nesse período que a cachaça tornou-se popular, por ser uma bebida barata e de fácil acesso entre os escravos, caboclos e índios, conforme Marcelo Câmara:

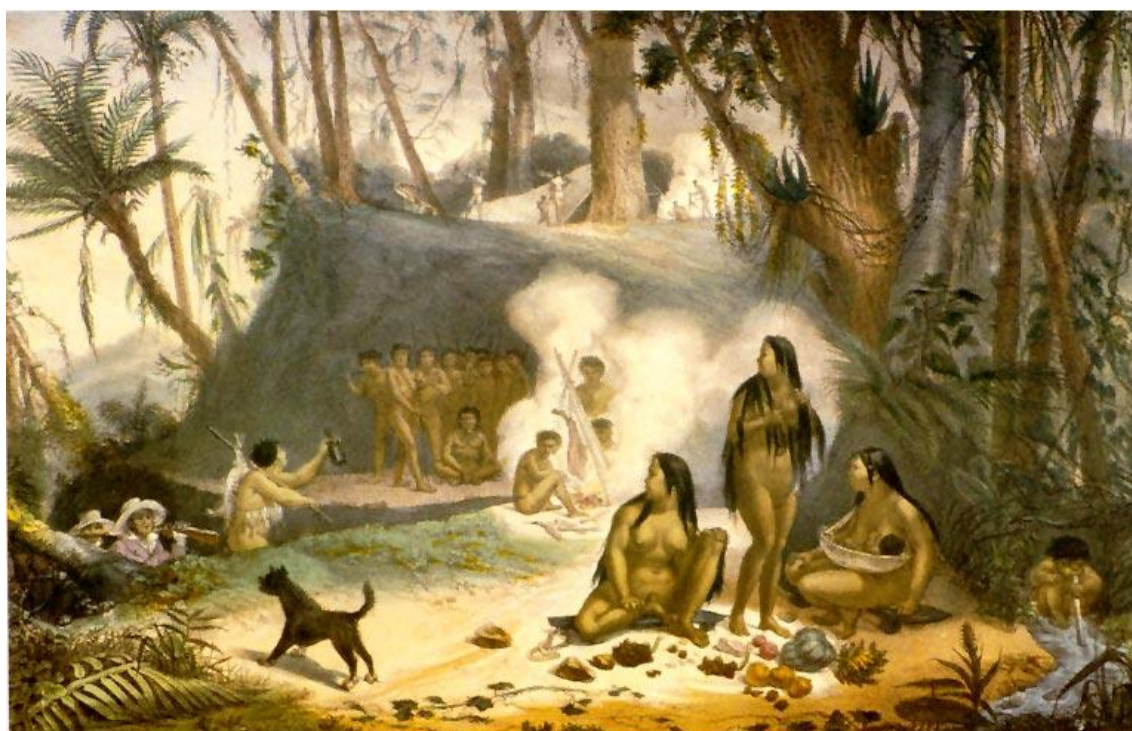
“A cachaça “sustentou” a escravaria, o braço do trabalhador nos ciclos da cana-de-açúcar, do ouro e do café. Foi, essencialmente, a bebida dos negros, dos primeiros brasileiros, mestiços, caboclos e índios. Os senhores e as autoridades sempre lucraram muito com ela, mas a tomavam envergonhadamente, de maneira dissimulada. O preço barato da bebida, a sua possibilidade popular, o seu consumo democrático fizeram da história da cachaça uma história muito parecida com a história do povo brasileiro”. (CÂMARA, Marcelo, 2004, p.19).

A aguardente de cachaça começou então a circular, com mais frequência, na vida daqueles que produziam a riqueza da colônia e também passou a ser muito apreciada em banquetes palacianos, e começando assim a criar uma cultura do consumo, segundo Câmara Cascudo:

”A cachaça foi à revelação gostosa e catastrófica para os negros africanos e ameríndios brasileiros. Dissolvente dinástico, dispensador ético, perturbador cultural. Graças ao álcool o mercado africano exportador da escravaria prolongou-se, resistindo às repressões, superando os obstáculos”. (CASCUDO, Luiz Câmara, 2006, p.43).

Foi no início do século XIX, que vários viajantes como: Jean Baptiste Debret, pintor e desenhista francês, foi o principal artista a retratar a vida cotidiana no Brasil na primeira metade do século XIX, permaneceu no Brasil entre 1816 a 1831 e sua principal obra foi “Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil”; onde, retratou, e escreveu um pouco da história do Brasil.

Em seu trabalho intitulado “Viagem pitoresca e histórica ao Brasil”, Jean Baptista Debret, destaca em sua pintura chamada “Aldeia de caboclos em Cantagalo” o artista descreve em sua obra a vida dos caboclos, que habitam os arredores da aldeia de São Pedro de Cantagalo (província do Rio de Janeiro), eles vivem de maneira rústica, mas são civilizados, trabalham em algumas atividades, na qualidade de operários agrícolas, junto aos ricos proprietários da região, que os pagam com cachaça e gêneros alimentícios. Os viajantes que os visitam levam-lhes sempre alguns presentes, em troca do quais recebem arcos e flechas. Conforme (fig. 02).



(fig.02) Aldeia de Caboclos em Cantagalo. Fonte: DEBRET, Jean Baptiste, Viagem Pitoresca e histórica do Brasil, 1981, v.01 p.43.

Nesta obra representada por Debret, a introdução da cachaça é muito nítida, como explica o próprio artista:

“A cena representa a chegada de dois viajantes europeus, introduzidos numa aldeia de caboclos da família visitada, ao qual deram uma garrafa de aguardente a fim de facilitar a recepção. A pantomima das mulheres exprime um movimento de pudor que lhes é natural em semelhantes circunstâncias. Já alertadas pelo latido dos cães, uma esconde o busto cobrindo-o com seus longos cabelos negros puxados para frente, enquanto a outra, sentada perto da primeira, se esforça, por modéstia, para aproximar o pé da parte que deseja subtrair ao olhar dos estranhos; a mãe amamentando, imóvel, sacrifica todos os seus sentimentos ao dever materno. O chefe da aldeia, no fundo do primeiro plano, está sentado no chão e cercado de jovens índios atentos às suas narrativas, no momento interrompido pelo sucesso. Cheio de vaidade, esse personagem conservará impertubadamente sua nobre atitude, e aguardará a aproximação dos visitantes para responder laconicamente às suas

inúmeras perguntas. Disse “responder” porque esses índios civilizados, já um pouco familiarizados com a língua portuguesa, conhecem número suficiente de palavras para se fazer compreender, principalmente pelas pessoas acostumadas a sua pronúncia defeituosa, não raro corrompida pela estranha transposição de certas letras, o que a torna quase ininteligível. Todos os grupos desta prancha fixam os hábitos do homem selvagem, constantemente ocupado com sua alimentação: as mulheres acham-se reunidas em torno de uma provisão de frutas; um pequeno caboclo de cócoras bebe com a ajuda de um caniço. No terreno elevado do segundo plano, percebe-se o rancho, cabana colocada perto de uma árvore cujo enorme tronco divide a entrada em duas partes, uma das quais se fecha durante as burrascas. Uma só cabana basta para abrigar uma família numerosa. O costume de acampar nas alturas se explica pela necessidade de ser observarem os arredores e da mais fácil defesa em caso de ataque.”(DEBRET, 1981, v01, p.42-43).

A análise minuciosa desta obra permite-nos compreender o discurso pictórico elaborado por Debret, a partir do objeto de estudo deste trabalho em cima do contexto social de época. É essencial ressaltamos a relação direta que estabelece, entre o artista e o cotidiano brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É muito difícil saber o exato momento em que a cachaça começou a circular pelas senzalas e paladares de nativos. O que sabemos, é que enquanto o império português preocupava-se em encher seus cofres principalmente com o comércio de escravos e de açúcar. Nascia, fruto da fermentação do caldo-de-cana nos coxos dos engenhos, uma bebida cristalina, de gosto apreciável e que embriagava. A bebida em que as primeiras crônicas deixadas pelos viajantes europeus datam de 1610 era fonte indispensável para árduo trabalho “nos canaviais durante o inverno, seminus, expostos à chuva, atolados no massapé” (Mario Souto Maior, 1980).

Arrancados injustamente de sua terra, suportando violência e arrogância dos feitores de engenho, os escravos africanos indiscutivelmente são os construtores dos alicerces econômicos nos denominados ciclos em que a história nos comprova. No entanto este ainda não obteve seu reconhecimento na sociedade, muito menos o lucro deste feito.

A cachaça ganha alma com o passar e se alastra pelo paladar dos brasileiros se tornando moeda de troca com os escravos. A descoberta do ouro nas Minas Gerais atraiu muitas pessoas de todas as partes do País se alojando nas serras frias. A cachaça ajuda a esquentar. Sendo seu consumo, admirável. A bebida dos negros escravos amplia cada vez mais seu raio de ação, provocando reações da coroa portuguesa, como vimos no começo deste artigo.

“Os vinhos portugueses sofreram as conseqüências da predileção popular. Diminuição sensível e depois alarmante na exportação. A Companhia de comércio, então monopolizadora dos transportes, recorreu à Ciência do

Conselho da Coroa. A metrópole precisava do açúcar e produzia a aguardente. A carta real de 13 de Setembro de 1649 proibiu a fabricação do vinho de mel, eufemismo da aguardente, em todo o estado do Brasil” (CASCUDO Luiz Câmara. 2006 p.25).

Esta bebida destronou a aguardente do império, quando os revoltosos reagem, como vimos anteriormente na revolta da cachaça, ignorando ordens da metrópole e continuando atender a demanda crescente e atingindo a bebida da coroa, a bagaceira.

Apelando para novas táticas depois do fracasso da primeira, a metrópole parte para varias taxas e impostos a fim de explorar o comércio crescente de aguardente. O mais novo produto da terra sofre a sede insaciável dos colonizadores tornando-se logo o produto da terra mais perseguido. A cachaça cai na boca dos que aspiram os ideais de liberdade tornando-se símbolo de resistência entre os inconfidentes e da população simpatizante. Não só entre estes, como cita Luiz da Câmara Cascudo em diversos movimentos espalhados pelo Brasil.

“É a bebida-do-povo, áspera rebelada, insubmissa aos ditames do amável paladar, bebida de 1817, da Independência, atrevendo-se enfrentar o vinho português soberano, o liquido saudador da confederação do Equador em 1824, dos liberais da Praia em 1848, *a Patrícia, a Patriota, a Gloriosa*, cachaça dos negros do Zumbi no quilombo dos Palmares, do desembargador Nunes Machado e de Pedro Ivo, dos Cabanos, cachaça com pólvora dos cartuchos rasgados no dente, na Cisplatina e no Paraguai, tropelias dos Quebra-Quilos, do Clube do Cupim, conspirador abolicionista, gritador republicano, bebida-nacional, a *Brasileira*:” (CÂMARA, Cascudo, 2006, p.47.)

Como podemos perceber, o uso da cachaça esteve presente nos principais movimentos por estes grotões do Brasil afora, seja nos botecos dos sertões e grandes cidades, seja nas batalhas e revoltas deste país continental, a cachaça esteve sempre encorajando os homens brasileiros em especial os de baixo, naquilo que Mario Souto Maior chama de: “estrutura sócio-econômica decadente”. Mas não podemos deixar de lembrar daqueles brasileiros, que devido a pobreza, fraqueza ou ignorância deixaram vencer-se pela cachaça buscando na bebida, refúgio diário de um mundo sem possibilidades e miserável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMPAQ. Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade. Disponível em: http://www.ampaq.com.br/arquivos/etapas_para_produção.pdf

BRASIL. Decreto nº 2314, de 04 de Setembro de 1997. Regulamenta a Lei nº 8.918 de julho de 1994, sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas. Diário Oficial da República federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>

_____. Decreto nº 4062 de 21 de Dezembro de 2001. Definem as expressões “Cachaça”, “Brasil” e “Cachaça do Brasil” como indicações geográficas e da outras providências. Diário Oficial da República federativa do Brasil. Disponível em:< <http://www.agricultura.gov.br/>>

CAETANO, Antonio Felipe. Entre a Sombra e o Sol, A Revolta da Cachaça, A Freguesia de São Gonçalo do Amarante e a Crise Política Fluminense (Rio de Janeiro, 1640-1667). Dissertação para Mestrado, Rio de Janeiro, 2003. UFRJ.

CAMARA, Marcelo. Cachaça: prazer brasileiro. Rio de Janeiro:Mauad, 2004.143p.

CASCUDO, Luís da Câmara. Prelúdio da cachaça.São Paulo:Global,2006.86p.

COARACY, Vivaldo. O Rio de Janeiro no Século XVII, 2ª Ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 196.

DEBRET, Jean Baptista. Voyage pittoresque et historique au Brésil. São Paulo: Circulo do livro: 1985.348p.

DORIA, Pedro, A Revolta da Cachaça, exercício de Democracia no Brasil completa 350 anos nesta Quarta Feira. O Globo, Rio de Janeiro, 06/Abril /2011. Em: <http://oglobo.globo.com>

FAUSTO, Boris. História do Brasil.13ªed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo:2009.664p.

FREIRE, Gilberto. Sobrados e mu cambos. 16ªed. São Paulo: Global: 2006.698p.

_____. Vida social no Brasil nos meados do século XIX.4ªed. São Paulo: Global, 2008.160p.

MAIOR, Mario Souto Maior. _ 2ª e 3ª Ed. Recife: Massangana, 1980 e 1985. 145p.

MORIN, Edgar. Cultura de Massas no século XX: O espírito do tempo. 6ªed.Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária, 1984.202p.

MAUAD, Ana Maria. Geneviere Naylor Fotografia: Impressões de Viagem (Brasil, 1941-1942). Revista brasileira de História. São Paulo, v.25, nº49, junho de 2005.

NOVAIS, Fernando Valadares. Noções Básicas sobre a Teoria da Destilação. ESALQ. Departamento de Ciência e tecnologia Industrial. Piracicaba, SP.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2004.390p.

REVISTA História Viva, Edição 30, Abril, 2006.

RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem Pitoresca através do Brasil. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo: 1972.174p.

SILVA, Karina Vanderley. Dicionário de conceitos históricos. 3ªed.São Paulo:Contexto,2010.439p.

SITES

<http://www.ampaq.com.br>

<http://www.agricultura.gov.br>

<http://www.oglobo.com.br>

<http://www.imdb.com>